

“Nascer já é caminhar”¹

Aparecida confirma a caminhada da pastoral indígena

Paulo Suess

O enfoque da causa indígena sobre “Evento e Documento Aparecida” (EDA) não capta toda sua riqueza e complexidade. A visão da realidade (33-115), a opção pelos pobres (143, 405-413), os poucos mas decisivos parágrafos sobre as Comunidades Eclesiais de Base (193-195, 295d), o enfoque da questão da biodiversidade e da ecologia (83-87, 141s, 493c), o fio condutor do seguimento dos discípulos-missionários, a transversalidade da missão e alguns silêncios oferecem ainda muitos outros aspectos e desdobramentos que fazem do EDA um tapete colorido e político-pastoral de grande importância para as igrejas locais do continente.

I. O contexto: pluralismo cordial

Foram setores eclesiais muito diferentes que se reuniram em Aparecida para traçar os caminhos da Igreja latino-americana. O setor “Remanescentes da Teologia da Libertação” colaborou com o setor “Bom Pastor”, e o setor “Cúria Romana” estava geralmente mais ao lado do setor “Movimentos”, como “Legionários de Cristo”, “Opus Dei” e “Sodalício”, querendo fazer dos discursos papais um quinto evangelho e respaldados pela agência noticiosa de Asiprensa. No meio destes havia um grupo de “Navegantes independentes” que votava, conforme o caso, com um ou outro grupo. Nas votações, geralmente, apareceram dois blocos, os pastoralistas, com sua experiência contextual, e os doutrinários, com suas propostas pastoralmente mais distantes. Nas votações, a maioria era geralmente dos pastoralistas, mas nem sempre se reflete essa maioria no Documento Aparecida (DA), porque no lugar onde atuava em Puebla e Santo Domingo um D. Luciano Mendes, com sua santa prudência, agora os redatores finais são, em sua grande maioria, pessoas trazidas de Roma, cuidadosamente escolhidas e devidamente informadas sobre determinados temas proibidos (neoliberalismo, reforma ministerial,

¹ Ver: J. Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*. Ao falar de Aparecida, falamos da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, que se realizou de 13 a 31 de maio de 2007 em Aparecida do Norte/SP e, ao mesmo tempo, da versão não oficial do Documento Final dessa conferência, do Documento Aparecida (DA). As citações do DA são da versão não oficial, que ainda depende da aprovação do papa Bento XVI. Cf. o DA em www.cimi.org.br.

Teologia Índia, por exemplo), com teologias que não passaram pela peneira das mediações históricas e antropológicas do lugar.

Apesar do ar condicionado, que deixou muitos delegados acamados com febre, o clima, agora já num sentido mais amplo, foi bom no subterrâneo da Basílica de Aparecida, onde a Conferência se reuniu. Por fim, quase todos se disseram satisfeitos com o evento de Aparecida que foi além do DA. Do evento faziam parte, além da visita do papa, os milhares de romeiros, a Tenda dos Mártires, o Seminário Latino-Americano de Teologia, organizado pelo Conselho Nacional do Laicato do Brasil, em Pindamonhangaba/SP, a romaria das Comunidades Eclesiais de Base e muitos encontros na margem da V Conferência. Alguns bispos do setor mais progressista disseram, sem resignação: "Para que brigar por palavras, como Teologia da Libertação, se seus conteúdos, a opção pelos pobres, as CEBs, o protagonismo dos índios e afro-americanos e seu método ver-julgar-agir, estão garantidos?". Quem participou das articulações sabe do enorme esforço, nem sempre bem-sucedido, necessário para que temas óbvios constassem do texto e avaliações caducadas saíssem dele.

II. O texto: apoio à causa

A questão indígena aparece mais explicitamente em dois lugares do DA: na análise da realidade (n. 88-95) e nas indicações pastorais (548-550). Em outras partes do texto, os povos indígenas e suas culturas são genericamente mencionados, em geral junto com os afrodescendentes, em afirmações de estima e apoio (n. 56, 65, 75, 101, 112, 143, 416, 473, 492). O DA respalda os eixos principais da pastoral indígena do Cimi. O fio condutor do documento é o seguinte: Os povos indígenas têm uma história milenar e vivem atualmente numa situação em que sua vida está profundamente ameaçada (1); nessa situação a Igreja dá todo seu apoio, sobretudo à defesa dos seus territórios e de sua identidade (2); o apoio não se sobrepõe ao protagonismo dos próprios indígenas, mas o incentiva (3); o trabalho específico da Igreja é a evangelização inculturada que inclui denúncia, anúncio e diálogo (4); os povos indígenas vivem valores que podem ser considerados como o núcleo de um outro mundo possível (5).

1. Vida ameaçada

A vida dos povos indígenas está ameaçada em sua existência física, cultural e espiritual (90). Seus modos de vida, sua identidade e projetos correm grandes perigos. Uns vivem em terras insuficientes, outros são expulsos de suas terras e vivem como migrantes, outros encontram seus territórios invadidos e degradados. A globalização ameaça a todos com suas mudanças culturais impostas (90). Os indígenas configuram uma nova categoria de pobres e excluídos (416) entregues à marginalização sociocultural. Dessa

situação emerge um grito dos povos indígenas que precisa ser ouvido por toda a América Latina (89, 473).

2. Defesa dos direitos e territórios

A V Conferência se comprometeu com as igrejas locais a acompanhar os povos indígenas em suas lutas pelos seus direitos e cobrar das sociedades latino-americanas o respeito e o reconhecimento de sua alteridade (89). Em consequência do modelo econômico dominante e da devastação ecológica, muitos indígenas são hoje expulsos de suas terras e empurrados para a periferia das grandes cidades (492). Por isso a defesa dos territórios dos povos indígenas faz parte do serviço à vida que os discípulos-missionários prestam em suas Igrejas ao Deus com rosto humano, sempre perto dos pobres e sofredores (7, 22, 258, 549).

3. Protagonismo indígena

Em vários lugares o DA fala dos povos indígenas como novos autores sociais que, junto com outros setores, possam contribuir para o fortalecimento de uma democracia participativa. Ao tomar consciência de seu poder, podem gerar transformações sociais importantes e reverter sua situação de exclusão (75). O protagonismo dos povos indígenas é um sinal de esperança que agradecemos a Deus, reza o DA (143). Ele emerge na sociedade civil e no interior das Igrejas onde reivindicam a sua participação. A diversidade de suas cosmovisões, valores e identidades pode forjar um novo Pentecostes eclesial (91), capaz de significar uma refundação da Igreja. A Igreja estimula a participação dos povos indígenas na vida eclesial (94) e procura fortalecer sua identidade e suas organizações (549).

Um fato concreto que sublinhou esse protagonismo foi a crítica indígena ao discurso inaugural do papa, falando da beleza da evangelização sem mencionar as mediações históricas adversas. Dez dias mais tarde, em sua Audiência Geral (23.5.), o papa corrigiu humildemente essa lacuna, dizendo: "Certamente a lembrança de um passado glorioso não pode ignorar as sombras que acompanharam a obra da evangelização do continente latino-americano. De fato, não é possível esquecer os sofrimentos e as injustiças que os colonizadores causaram aos povos indígenas".

4. Evangelização inculturada

A participação na vida eclesial e o anúncio da Boa-Nova do Reino dependem de uma evangelização mais inculturada (112), com seu desdobramento na inculturação litúrgica (101), e da assunção das línguas indígenas como veículos de comunicação (tradução da Bíblia). Também o trabalho vocacional e, portanto, sua participação nos ministérios ordenados dependem de avanços nos processos de inculturação que cuidam das raízes

indígenas (94, 339). A evangelização inculturada **denuncia** situações de pecado, **anuncia** a Boa-Nova do Reino e **incentiva** o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico (95).

5. Vida alternativa

A evangelização não acontece num terreno vazio. Os povos indígenas têm uma experiência religiosa milenar, que conservam até hoje e que lhes deu identidade e raízes. Essa experiência é histórica e não deve ser destruída pelo cristianismo, mas pode ser enriquecida por ele (548). As “sementes do Verbo” e o “próprio Verbo” estavam presentes de maneira misteriosa nas religiões indígenas antes da chegada dos missionários. Isso aponta para sua relevância salvífica. Em sua base religiosa, os povos indígenas vivem muitas vezes uma religiosidade amalgamada com o cristianismo, com valores próprios, resistentes à secularização modernizante. O DA fala da abertura para a ação de Deus e do caráter sagrado da vida indígena (93); valorizam a família, vivem a solidariedade e co-responsabilidade em trabalhos comunitários. O DA assume muitas reflexões de Santo Domingo explicitamente. (SD 17, 243ss). Nas culturas indígenas, vive-se um amor profundo à terra (56). Terra indígena é terra para viver e terra comunitária. Esses dois itens impedem a transformação da terra em latifúndio ou em objeto de contratos de compra e venda ou de incorporá-la no agronegócio. Na visão que os povos indígenas têm da terra está presente a utopia de um outro mundo possível. Chamam de sua mãe a terra e a natureza porque os alimentam; sua casa comum, porque os protegem, e seu altar, onde partilham a vida (491).

Enquanto os romeiros – esse povo pobre e simples – rezava na Basílica, os delegados da V Conferência estavam reunidos no subterrâneo dessa Basílica, como numa incubadora, torcendo “para que todos tenham vida”. Depois das dores de parto, o que interessa é a criança. E nós, Igreja local e pastoral, estamos aqui para cuidar dela, fazer engatinhar, levar a Igreja subterrânea para cima ao encontro do povo, para que cuide dessa vida “Severina” dos povos indígenas, bela “porque corrompe com sangue novo a anemia, infecciona a miséria com vida nova e sadia”.